

Advogado (a) você é nosso convidado!



Diretoria ABRAT - 2012/2014

Presidente: Antônio Fabrício de Matos Gonçalves (MG)
Vice-presidente nacional: Nilton Correia (DF)
Secretário Geral: Roberto Parahyba Arruda Pinto (SP)
Diretora Financeira: Sílvia Lopes Burmeister (RS)
Vice-presidente da Região Norte: Rodrigo Walghan (AM)
Vice-presidente da Região Nordeste: Marcondes Rubens Martins de Oliveira (PE)
Vice-presidente da Região Centro-Oeste: Eliomar Pires Martins (GO)
Vice-presidente da Região Sudeste: José Luiz Xavier (RJ)
Vice-presidente da Região Sul: Miriam Klahold (PR)
Vice-presidente do Distrito Federal: Antônio Alves (DF)
Diretor de Imprensa, Divulgação e Revista: Benizete Ramos de Medeiros (RJ)
Diretor de Assuntos Legislativos: Ronaldo Tolentino (DF)
Diretor de Assuntos Jurídicos: Felipe Caliendo (SC)
Diretor Social: Izabel Dorado (MG)
Diretor de Informática: Jefferson Calaça (PE)

Diretor de Temas Estratégicos: Carlos Alfredo (BA)
Diretor de Especialização: Roseline Rabelo de Jesus Moraes (SE)
Diretora de eventos: Luciana Barcellos Slosbergas (SP)
Diretor de Relações Institucionais: Cezar Brito (SE)
Diretor de Relações ABRAT/JUTRA: Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira (RS)
Diretor de Convênio: Jocelino da Silva (SP)
Diretor de Relações ABRAT/ALAL: Luiz Gomes (RN)
Diretor de Relações entre Associações: Araçari Baptista (RJ)
Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho (BA)
Diretor de Assuntos Jurisprudenciais: Pedro Mauro (MS)
Diretor da Escola de Advocacia: Luciana Serafim da Silva Oliveira (MT)
Diretor da ABRAT Jovem: Marcos Antônio de Oliveira Freitas (MG)
Coordenador do Colégio de Presidentes - Luciano Almeida (AL)
Departamento de PJe: Arlete Mesquita (GO) - Sílvia Mourão PA
Departamento de Direito Desportivo: Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)
Afonso Celso Raso (MG)



Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho
Jornalista responsável: Mellissa Mendes - MGO 7155JP

Este é seu canal de comunicação com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. Envie sugestões, críticas e o que deseja no ABRAT on line.
Entre em contato pelo email: mellissa.mendes@yahoo.com.br
Site: www.redeabrat.adv.br
Facebook: <https://www.facebook.com/#!/redeabrat>

Advocacia trabalhista participará de Tribunal do Júri



A ABRAT realiza no próximo dia 07, na capital mineira, o “Tribunal Popular do Júri: Julgamento da Proposta do Negociado sobre o Legislado – ACPE (Acordo coletivo de trabalho com propósito específico)”.

O presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves explica que a proposta do evento é discutir o tema espelhado no procedimento do Tribunal Popular do Júri, dando uma maior dinâmica ao debate, de maneira a consagrar a democracia que discussões de tamanha relevância devem observar.

O Tribunal terá início às 15 horas na Sala da Congregação da Faculdade de Direito da UFMG em Belo Horizonte (MG).

faculdade fica localizada na Avenida João Pinheiro, 100, no bairro de Lourdes.

Planejamento da ABRAT

A mesa de abertura contou com representantes da AASP, da Escola Judicial do TRT da 2ª Região, da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região e da AATSP



Fotos: César Viegas

A diretoria da Associação se reúne no dia 07 de dezembro para traçar as metas para 2013, entre os assuntos em pauta o Conat no Rio de Janeiro.

A reunião está programada para às 10 horas no escritório Ferreira e Chagas, na Rua Bernardo Guimarães, 1.986. no bairro Lourdes em Belo Horizonte (MG)

Presidente homenageia Sussekind

O presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves foi um dos palestrantes do 2º Encontro de Advogados e Magistrados Trabalhistas. Evento coordenado pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP).

Em sua fala, Matos fez uma emocionada saudação a Arnaldo Sussekind, abordando a sua contribuição à Evolução do Direito do Trabalho no país.

ABRAT presente em Congresso Internacional

Diretores da ABRAT estiveram presentes no Congresso Internacional “Rumo a um novo paradigma nas Relações de Trabalho: a dignidade humana, democracia e uma Agenda do Trabalho Digno”, evento organizado pela Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas (Alal) em Salvador (BA).

No congresso foram temas em destaque a liberdade sindical, terceirização, meio ambiente do trabalho.

Em sua conferência de abertura, o vice-presidente da Alal, Luis Enríque Ramírez apresentou a proposta por uma Carta Sócio Laboral, visando a edificação de uma sociedade planetária de inclusão social, com livre circulação dos trabalhadores com direitos recíprocos

A Associação foi representada pelo presidente Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, pelo diretor de Termos Estratégicos, Carlos Alfredo e pelo diretor do Jornal Virtual, Carlos Tourinho.



O professor de Direito da Universidade Federal da Bahia e Desembargador do Trabalho aposentado, Luiz de Pinho Pedreira da Silva recebeu o presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e o diretor do Jornal Virtual, Carlos Tourinho em uma visita de cortesia.

Mais direito aos trabalhador doméstico



Aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) 478/10, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que amplia os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, babás, cozinheiras e outros trabalhadores em residência. A matéria ainda será votada pela Câmara em segundo turno, antes de ser encaminhada ao Senado.

16 direitos já assegurados pelos trabalhadores urbanos e rurais, contratados pela CLT, também serão estendidos às domésticas.

Segundo informações da Agência Câmara, dos direitos previstos, alguns poderão entrar em vigor de imediato após a promulgação da PEC, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, hora extra e proibição de trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz com o mínimo de 14 anos.

Também terão aplicação imediata, se a PEC for promulgada, o direito a ter reconhecida as convenções e acordos coletivos, a proibição de reter dolosamente o salário, além da proibição de diferença nos salários por motivo de sexo, idade ou cor.

Outros direitos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, salário-família e seguro contra acidentes de trabalho, ainda precisariam de regulamentação.

O diretor de Assuntos Legislativos da ABRAT, Ronaldo Tolentino (DF) explica que o projeto irá igualar o empregado doméstico a qualquer outro trabalhador, corrigindo uma desigualdade criada na própria Constituição.

“ A dificuldade em alguns pontos é a efetivação a fiscalização no cumprimento da jornada de trabalho” conclui Tolentino.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2010

(Do Sr. Carlos Bezerra e outros)

Revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 2008, está sendo elaborada, no âmbito no Poder Executivo, uma Proposta de Emenda à Constituição para estabelecer um tratamento isonômico entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais brasileiros. A tarefa foi entregue a um grupo multidisciplinar que envolveu a Casa Civil e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2
As mudanças pretendidas no regime jurídico dos domésticos beneficiarão 6,8 milhões de trabalhadores, permitindo-lhes acesso ao FGTS, ao Seguro desemprego, ao pagamento de horas extras e ao benefício previdenciário por acidente de trabalho, prerrogativas que estão excluídas do rol dos direitos a eles assegurados no parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal. Infelizmente, os trabalhos iniciados em 2008, no Governo Federal, foram interrompidos e permanecem inconclusos. A principal dificuldade encontrada pelos técnicos para a conclusão dos trabalhos é o aumento dos encargos financeiros para os empregadores domésticos.

Sabemos que, seguramente, equalizar o tratamento jurídico entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores elevará os encargos sociais e trabalhistas. Todavia, o sistema hoje em vigor, que permite a existência de trabalhadores de segunda categoria, é uma verdadeira nódoa na Constituição democrática de 1988 e deve ser extinto, pois não há justificativa ética para que possamos conviver por mais tempo com essa iniquidade. A limitação dos direitos dos empregados domésticos, permitida pelo já citado parágrafo único do art. 7º, é uma excrescência e deve ser extirpada.

Nesse sentido, apresentamos esta Proposta de Emenda à Constituição e pedimos o necessário apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado CARLOS BEZERRA

CUT firma parceria com ABRAT



A reunião aconteceu em novembro

A ABRAT firmou parceria com a Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG) para que a entidade faça parte do Tribunal Popular do Júri sobre o "Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico", que acontecerá no próximo dia 07. O convite foi feito pelo presidente da Associação, Antônio Fabrício; a vice-presidente da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (Amat), Ellen Mara Ferraz Hazan e pelo advogado Antônio Queiroz Júnior da Comissão de Direitos Sociais da OAB-MG.

A presidenta da CUT/MG, Beatriz Cerqueira, sugeriu parceria, ainda, para que seja realizado outro júri abordando a criminalização do movimento sindical e dos movimentos sociais em Minas Gerais.



ABRAT na Mídia

www.horadopovo.com.br/2012/11Nov/3106-07-11.../pag5a.htm

7 nov. 2012 – ... do Brasil (OAB-MG), a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (Amat).

cgtb.org.br/noticias/novembro2012/08-11-2012/.../noticia4.html

8 nov. 2012 – ... do Brasil (OAB-MG), a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (Amat).

www.cgtb.org.br/

... o ex-procurador-geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho e vice-presidente do DF da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), ...

Greve no serviço público

Durante jornada de debates sobre Direito de Greve no Serviço Público, encontro organizado pela CUT/MG, o presidente da Associação, Antônio Fabrício proferiu palestra sobre a Greve no Serviço Público. A jornada aconteceu no último dia 17.

Associação presente em seminário da Fecomercio

As "Questões controversas a respeito do aviso prévio proporcional" foram debatidas pela ABRAT durante o 4º Seminário de Direito do Trabalho da Fecomércio Minas. A Associação esteve representada pelo seu presidente.

Foram proferidas palestras sobre "Limites à negociação coletiva: da validade e eficácia dos instrumentos coletivos" com o desembargador aposentado do TRT da 3ª Região, Antônio Álvares da Silva; "Como evitar o passivo trabalhista com ênfase nos novos enunciados do TST" com o advogado Rodrigo Dolabela; e os "Aspectos polêmicos da rescisão indireta do contrato de trabalho" com Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto.



Agende-se

30/11

Sessão Solene de Ratificação de Posse das Desembargadoras Lucia Ehrenbrink e Tânia Regina Silva Reckziegel no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

18 horas no Plenário do Tribunal, na Av. Praia de Belas, 1.100, térreo, em Porto Alegre –RS

06/12

Posse da Diretoria ABRAT em Belo Horizonte.

21 horas no Buffet Catharina
Avenida Raja Gabaglia, 3080, bairro Estoril

07/12

"Tribunal Popular do Júri: Julgamento da Proposta do Negociado sobre o Legislativo – ACPE (Acordo coletivo de trabalho com propósito específico)".

Faculdade de Direito da UFMG em Belo Horizonte (MG).

11/12

Entrega da Medalha do Mérito Laboral aos diretores da ABRAT, Jefferson Calaça e Marcondes Oliveira, pela Academia Pernambucana de Direito do Trabalho.

Às 19 horas no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife.



Deu no Facebook



Luiz Gomes

Estaremos todos juntos na Posse da Abrat dia 6 em BH.

21 de novembro às 17:02 • Curtir



Diego Pinho publicadou em Rede Abrat

10 de novembro próximo a Campo Grande

CONQUISTA INÉDITA - FIM DO JUS POSTULANDI NA 7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE/MS

A Nova AAT/MS tem a honra e satisfação de informar aos colegas Associados que conseguiu uma conquista ímpar junto à Justiça do Trabalho. Sabemos que o fim do jus postulandi é uma luta antiga da advocacia trabalhista tendo, inclusive, projetos de lei que tramitam na esfera Federal.

Contudo, a Nova AAT/MS não precisou ir tão longe. Através de um plano administrativo competente e organizado formulou proposta para o douto Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Campo Grande/MS, visando o fim da tramitação dos processos que não possuem advogado.